



**Conselho Regional de Medicina
do Estado de São Paulo**

**Prontuário Médico
e
Prontuário Médico Eletrônico**

Conselheiro Antonio Pereira Filho

Outubro / 2013



**Conselho Regional de Medicina
do Estado de São Paulo**

Prontuário Médico

Prontuário Médico

Conceito: É um conjunto de documentos médicos padronizados e ordenados, destinados ao registro dos cuidados profissionais prestados ao paciente pelos serviços de saúde pública ou privado





Prontuário Médico

Objetivos:

É meio indispensável para aferir a assistência médica prestada, e é elemento valioso para o ensino, a pesquisa e os serviços de saúde pública, servindo também como instrumento de defesa legal.



Prontuário Médico

Conteúdo:

- Identificação do paciente;
- Evolução médica diária;
- Evoluções de enfermagem e outros profissionais assistentes;
- Exames laboratoriais, radiológicos e outros;
- Raciocínio médico;
- Hipóteses diagnósticas e diagnóstico definitivo;
- Conduta terapêutica;



Prontuário Médico

- Prescrições médicas;
- Descrições cirúrgicas, fichas anestésicas;
- Resumo de alta;
- Fichas de atendimento ambulatorial e/ou atendimento de urgência;
- Folhas de observação médica, boletins médicos;
- Laudos biópsia, lâminas;
- Registros dos consentimentos esclarecido.



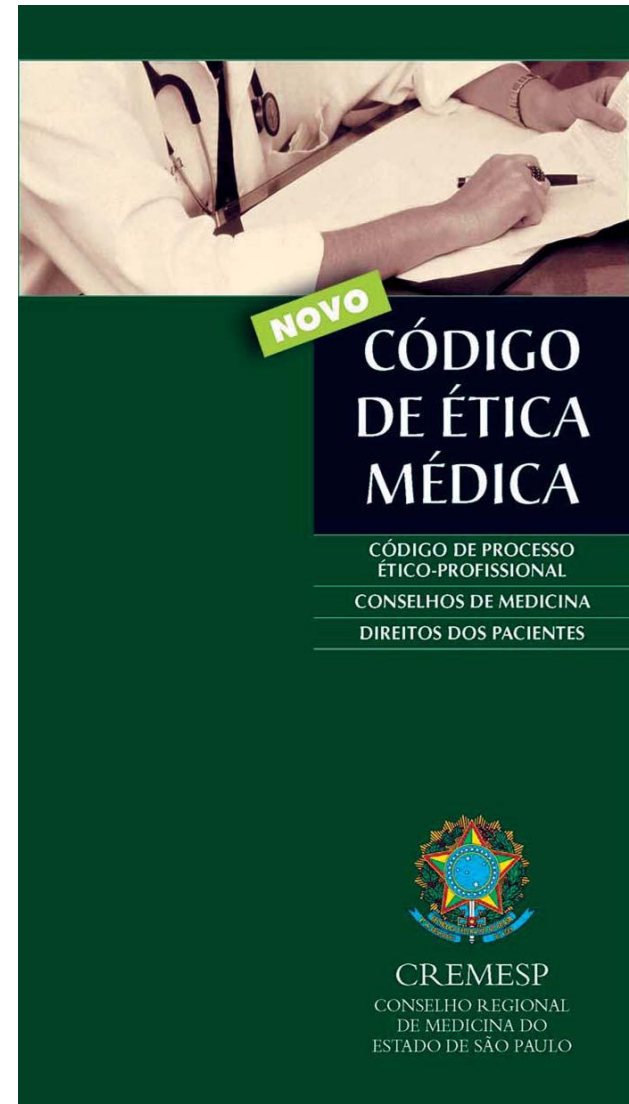
Prontuário Médico

CAPÍTULO X - DOCUMENTOS MÉDICOS: É vedado ao médico:

Art. 87 - Deixar de elaborar prontuário legível para cada paciente.

§ 1º O prontuário deve conter os dados clínicos necessários para a boa condução do caso, sendo preenchido, em cada avaliação, em ordem cronológica com data, hora, assinatura e número de registro do médico no Conselho Regional de Medicina.

§ 2º O prontuário estará sob a guarda do médico ou da instituição que assiste o paciente.





Novo Código de Ética Médica

Resolução nº 1.931, de 17 de Setembro de 2009

CAPÍTULO IX - SIGILO PROFISSIONAL:

É VEDADO AO MÉDICO:

Art. 73 - Revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por motivo justo, dever legal ou consentimento, por escrito, do paciente.

Parágrafo único - Permanece essa proibição:

- a) mesmo que o fato seja de conhecimento público ou o paciente tenha falecido;
- b) quando de seu depoimento como testemunha. Nessa hipótese, o médico comparecerá perante a autoridade e declarará seu impedimento;
- c) na investigação de suspeita de crime, o médico estará impedido de revelar segredo que possa expor o paciente a processo penal.



Novo Código de Ética Médica

Resolução nº 1.931, de 17 de Setembro de 2009

CAPÍTULO IX - SIGILO PROFISSIONAL:

É VEDADO AO MÉDICO:

Art. 74 - Revelar sigilo profissional relacionado a paciente menor de idade, inclusive a seus pais ou representantes legais, desde que o menor tenha capacidade de discernimento, salvo quando a não revelação possa acarretar dano ao paciente.

Art. 78 - Deixar de orientar seus auxiliares e alunos a respeitar o sigilo profissional e zelar para que seja por eles mantido.



Novo Código de Ética Médica

Resolução nº 1.931, de 17 de Setembro de 2009

CAPÍTULO X - DOCUMENTOS MÉDICOS:

É VEDADO AO MÉDICO:

Art. 85. Permitir o manuseio e o conhecimento dos prontuários por pessoas não obrigadas ao sigilo profissional quando sob sua responsabilidade.

Art. 88. Negar, ao paciente, acesso a seu prontuário, deixar de lhe fornecer cópia quando solicitada, bem como deixar de lhe dar explicações necessárias à sua compreensão, salvo quando ocasionarem riscos ao próprio paciente ou a terceiros.



Novo Código de Ética Médica

Resolução nº 1.931, de 17 de Setembro de 2009

CAPÍTULO X - DOCUMENTOS MÉDICOS:

É VEDADO AO MÉDICO:

Art. 89 - Liberar cópias do prontuário sob sua guarda, salvo quando autorizado, por escrito, pelo paciente, para atender ordem judicial ou para a sua própria defesa.

§ 1º - Quando requisitado judicialmente o prontuário será disponibilizado ao perito médico nomeado pelo juiz.

§ 2º - Quando o prontuário for apresentado em sua própria defesa, o médico deverá solicitar que seja observado o sigilo profissional.



Prontuário Médico

Danos mínimos:

Queixa e duração:



História:



Exame Físico:



Hipótese diagnóstica:





Prontuário Médico

Tempo dispendido:

Queixa e Duração:

Dor precordial.

História:

1 episódio anterior de curta duração

Ex. Físico:

PA 11x7; FC 120; Fácies de dor; Restante sem alteração.

Hipótese diagnóstica:

Angina pectoris.

Peço enzimas + ECG

2 M 30 Seg



Prontuário Médico

Resolução CFM n.º 1.605, de 15 de setembro de 2000.

Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 29 set. 2000. Seção 1, p. 30

RESOLVE:

Art. 1º - O médico não pode, sem o consentimento do paciente, revelar o conteúdo do prontuário ou ficha médica.

Art. 2º - Nos casos do art. 269 do Código Penal, onde a comunicação de doença é compulsória, o dever do médico restringe-se exclusivamente a comunicar tal fato à autoridade competente, sendo proibida a remessa do prontuário médico do paciente.



Prontuário Médico

Resolução CFM n.º 1.605, de 15 de setembro de 2000.

Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 29 set. 2000. Seção 1, p. 30

Art. 3º - Na investigação da hipótese de cometimento de crime o médico está impedido de revelar segredo que possa expor o paciente a processo criminal.

Art. 4º - Se na instrução de processo criminal for requisitada, por autoridade judiciária competente, a apresentação do conteúdo do prontuário ou da ficha médica, o médico disponibilizará os documentos ao perito nomeado pelo juiz, para que neles seja realizada perícia restrita aos fatos em questionamento.

...



Prontuário Médico

Resolução CFM n.º 1.605, de 15 de setembro de 2000.

Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 29 set. 2000. Seção 1, p. 30

Art. 5º - Se houver autorização expressa do paciente, tanto na solicitação como em documento diverso, o médico poderá encaminhar a ficha ou prontuário médico diretamente à autoridade requisitante.

Art. 6º - O médico deverá fornecer cópia da ficha ou do prontuário médico desde que solicitado pelo paciente ou requisitado pelos Conselhos Federal ou Regional de Medicina.

...



Prontuário Médico

Resolução CFM n.º 1.605, de 15 de setembro de 2000.

Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 29 set. 2000. Seção 1, p. 30

Art. 7º - Para sua defesa judicial, o médico poderá apresentar a ficha ou prontuário médico à autoridade competente, solicitando que a matéria seja mantida em segredo de justiça.

Art. 8º - Nos casos não previstos nesta resolução e sempre que houver conflito no tocante à remessa ou não dos documentos à autoridade requisitante, o médico deverá consultar o Conselho de Medicina, onde mantém sua inscrição, quanto ao procedimento a ser adotado.



Prontuário Médico

RESOLUÇÃO CREMESP Nº 70/95

Artigo 1º - É obrigatória a criação de Comissões de Revisão de Prontuário Médico nas Unidades de Saúde onde se presta Assistência Médica.

Artigo 2º - Os integrantes da Comissão de Revisão de Prontuário Médico, terão os seus mandatos e processo de escolha , consignados no Regimento Interno do Corpo Clínico da Instituição;



Prontuário Médico

RESOLUÇÃO CREMESP Nº 70/95

Artigo 3º - A Comissão de Revisão de Prontuário compete:

I - A avaliação dos itens que deverão constar obrigatoriamente:

a) identificação do paciente, anamnese, exame físico, exames complementares e seus respectivos resultados, hipóteses diagnósticas, definitivo e tratamento efetuado.;



Prontuário Médico

RESOLUÇÃO CREMESP Nº 70/95

b) obrigatoriedade de letra legível do profissional que atendeu o paciente, bem como de assinatura e carimbo ou nome legível, bem como a prescrição médica consignando data e hora.

d) tipo de alta.



Prontuário Médico

RESOLUÇÃO CREMESP Nº 70/95

II - Assessorar a Direção Técnica ou Clínica da Instituição em assuntos de sua competência.

III - Manter estreita relação com a Comissão de Ética Médica da Unidade com a qual deverão ser discutidos os resultados das avaliações feitas.



Prontuário Médico

Lei Nº. 10.241 de 17 de Março de 1999:

Artigo 2 - São direitos dos usuários dos serviços de saúde no Estado de São Paulo:

VIII - acessar, a qualquer momento, o seu prontuário médico, nos termos da Lei Complementar n. 791, de 9 de março de 1995;

XIII - ter anotado em seu prontuário, principalmente se inconsciente durante o atendimento:

a) todas as medicações, com suas dosagens, utilizadas; e

b) registro da quantidade de sangue recebida e dos dados que permitam identificar a sua origem, sorologias efetuadas e prazo de validade;



Prontuário Médico

Resolução CFM N° 1.638, de 10 de Julho de 2002

Art. 1º - Definir prontuário médico como o documento único constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo.



Prontuário Médico

Resolução CFM N° 1.638, de 10 de Julho de 2002

Art. 2º - Determinar que a responsabilidade pelo prontuário médico cabe:

- I) Ao médico assistente e aos demais profissionais que compartilham do atendimento;
- II) À hierarquia médica da instituição, nas suas respectivas áreas de atuação, que tem como dever zelar pela qualidade da prática médica ali desenvolvida;
- III) À hierarquia médica constituída pelas chefias de equipe, chefias da Clínica, do setor até o diretor da Divisão Médica e/ou diretor técnico.



Prontuário Médico

Resolução CFM N° 1.638, de 10 de Julho de 2002

Art. 3º - Tornar obrigatória a criação das Comissões de Revisão de Prontuários nos estabelecimentos e/ou instituições de saúde onde se presta assistência médica.

Art. 4º - A Comissão de que trata o artigo anterior será criada por designação da Direção do estabelecimento, por eleição do Corpo Clínico ou por qualquer outro método que a instituição julgar adequado, devendo ser coordenada por um médico.



Prontuário Médico

Resolução CFM N° 1.638, de 10 de Julho de 2002

Art. 5º - Compete à Comissão de Revisão de Prontuários:

- I) Observar os itens que deverão constar obrigatoriamente do prontuário confeccionado em qualquer suporte, eletrônico ou papel:
 - a) Identificação do paciente - nome completo, data de nascimento (dia, mês e ano com quatro dígitos), sexo, nome da mãe, naturalidade (indicando o município e o estado de nascimento), endereço completo (nome da via pública, número, complemento, bairro/distrito, município, estado e CEP);
 - b) Anamnese, exame físico, exames complementares solicitados e seus respectivos resultados, hipóteses diagnósticas, diagnóstico definitivo e tratamento efetuado;
 - c) Evolução diária do paciente, com data e hora, discriminação de todos os procedimentos aos quais o mesmo foi submetido e identificação dos profissionais que os realizaram, assinados eletronicamente quando elaborados e/ou armazenados em meio eletrônico;

(...)



Prontuário Médico

Resolução CFM N° 1.638, de 10 de Julho de 2002

- d) Nos prontuários em suporte de papel é obrigatória a legibilidade da letra do profissional que atendeu o paciente, bem como a identificação dos profissionais prestadores do atendimento. São também obrigatórias a assinatura e o respectivo número do CRM;
 - e) Nos casos emergenciais, nos quais seja impossível a colheita de história clínica do paciente, deverá constar relato médico completo de todos os procedimentos realizados e que tenham possibilitado o diagnóstico e/ou a remoção para outra unidade.
- II) Assegurar a responsabilidade do preenchimento, guarda e manuseio dos prontuários, que cabem ao médico assistente, à chefia da equipe, à chefia da Clínica e à Direção técnica da unidade.



Prontuário Médico

Resolução CFM N° 1.638, de 10 de Julho de 2002

Art. 6º - A Comissão de Revisão de Prontuários deverá manter estreita relação com a Comissão de Ética Médica da unidade, com a qual deverão ser discutidos os resultados das avaliações realizadas.

Art. 7º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.



**Conselho Regional de Medicina
do Estado de São Paulo**

Prontuário Eletrônico Médico



Prontuário Médico Eletrônico

Informatização de Prontuários Médicos

- Respeito ao segredo médico (limitação ao acesso pelo emprego de senhas);
- Recuperabilidade dos dados (cópias de segurança).



Prontuário Médico Eletrônico

PROCESSO-CONSULTA CFM Nº 1.401/2002 PC/CFM/Nº 30/2002

INTERESSADO: Dep. E. F.

ORIGEM: Congresso Nacional

ASSUNTO: Prontuário eletrônico

RELATOR: Câmara Técnica de Informática em Saúde do CFM (Cons. Mauro Brandão Carneiro, dra. Beatriz de Faria Leão, dr. Luiz Augusto Pereira)

EMENTA: Os prontuários elaborados em meio eletrônico poderão assim permanecer, bem como os novos a serem criados, desde que obedeçam ao disposto em resolução específica do CFM. Os prontuários médicos atualmente existentes em papel somente podem ser destruídos após serem microfilmados observados os trâmites legais. As unidades de saúde deverão constituir Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e Comissão de Revisão de Prontuários.



Prontuário Médico Eletrônico





Prontuário Médico Eletrônico

RESOLUÇÃO CFM Nº 1.821, DE 11 DE JULHO DE 2007

Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 23 nov. 2007. Seção I, p. 252

**Convênio entre Conselho Federal de Medicina
e Sociedade Brasileira de Informática em
Saúde, resultou na elaboração do Manual de
Certificação para Sistemas de Registro
Eletrônico em Saúde (S-RES)**



Prontuário Médico Eletrônico

Definições:

- ICP-Brasil - Infraestrutura de Chaves Públicas do Brasil;
- Cadastro Nacional de usuários do SUS (165 milhões de brasileiros)(CNUS)
- Cadastro Nacional de Estabelecimentos e Profissionais de Saúde (CNES)
- CNUS e CNES são obrigatórios e fazem a base de dados nacional para a saúde;
- TISS - Troca de Informações em Saúde Suplementar. Definido pela ANS e possibilita a troca de informações entre todo o Sistema Suplementar e orienta todo esse setor (45 milhões de brasileiros) quanto a epidemiologia e consequentes ações de saúde.



Prontuário Médico Eletrônico

Definições:

- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas - Representa o Brasil junto a ISO e tem uma Comissão Especial de Informática (Sistema de Registro Eletrônico em Saúde)
- SRES Segue normas ISO:
 - ISO 20514/2005 (Referência Técnica);
 - ISO 18308/2004 (Especialização Técnica);
 - ISO/TEC 17799 (Controle de segurança internacional)
- H27 - Padrão utilizado para intercâmbio de dados internacionalmente.
- Obedecendo a todas essas normas a instituição de saúde pode adquirir a certificação do seu sistema de informatização junto ao CFM/SBIS (Selo de certificação)



Prontuário Médico Eletrônico





Prontuário Médico Eletrônico

Sites de Interesse:

www.cfm.org.br

www.sbis.org.br

www.ans.gov.br

www.abnt.org.br

www.icpbrasil.gov.br

www.hl7brazil.org



Prontuário Médico Eletrônico

O Processo de certificação SBIS/CFM classifica o S-RES (Sistema do Registro Eletrônico em Saúde) do ponto de vista de segurança da informação em 2 níveis de garantia de segurança (ngs1 e ngs2)



Prontuário Médico Eletrônico

Nível de garantia de segurança 1 - NGS1 - S-RES (Sistema de Registro Eletrônico em Saúde) que não tem os certificados digitais ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas) para assinatura digital das informações clínicas, consequentemente sem amparo para eliminação de papel e com necessidade de impressão e aposição manuscrita da assinatura.



Prontuário Médico Eletrônico

Nível de garantia de segurança 2 - NGS2 - S-RES (Sistema de Registro Eletrônico em Saúde) que tem os certificados digitais ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas) dispensa o papel pois permite a assinatura digital.



Prontuário Médico Eletrônico

RESOLUÇÃO CFM Nº 1.821, DE 11 DE JULHO DE 2007

Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 23 nov. 2007. Seção I, p. 252

Para que se possa eliminar a versão papel do prontuário é necessário o Nível de Garantia de Segurança 2 estabelecido no manual SBIS/AMB (Art. 4º)



Prontuário Médico Eletrônico

RESOLUÇÃO CFM N° 1.821, DE 11 DE JULHO DE 2007

Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 23 nov. 2007. Seção I, p. 252

Art. 8º Estabelecer o prazo mínimo de 20 (vinte) anos, a partir do último registro, para a preservação dos prontuários dos pacientes em suporte de papel, que não foram arquivados eletronicamente em meio óptico, microfilmado ou digitalizado.

Art. 9º As atribuições da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos em todas as unidades que prestam assistência médica e são detentoras de arquivos de prontuários de pacientes, tomando como base as atribuições estabelecidas na legislação arquivística brasileira, podem ser exercidas pela Comissão de Revisão de Prontuários.

Art. 10º Estabelecer que o Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS), mediante convênio específico, expedirão selo de qualidade dos sistemas informatizados que estejam de acordo com o Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde, aprovado nesta resolução.



Prontuário Médico Eletrônico

Vantagens:

- Acesso mais veloz às informações e rapidez na intervenções;
- Disponibilidade Remota;
- Uso simultâneo por outros profissionais da saúde;
- Legibilidade total;
- Eliminação da redundância dos dados e pedidos de exames;
- Organização mais sistemática;
- Redução de custos
- Impossibilidade de fraude retroativa;
- Pode incorporar sistemas de alerta e apoio à decisão.



Prontuário Médico Eletrônico

Desvantagens:

- Investimento inicial em hardware e software;
- Necessidade de treinamento de todos os profissionais;
- Possibilidade de quebra de sigilo
- Resistência dos profissionais da saúde à informática;
- Resultados nem sempre rápidos;
- Inoperância do sistema em alguns momentos;
- Layouts complicados.

Prontuário Médico Eletrônico





Prontuário Médico e Prontuário Médico Eletrônico

10 perguntas mais frequentes



10 perguntas sobre Prontuários

A quem pertence o prontuário médico, ao paciente ou ao médico/hospital?

É elaborado pelo médico, atendendo ao artigo 87 do Código de Ética Médica, e diz respeito ao médico, porque o elabora, coletando dados de história clínica, exames laboratoriais e radiológicos, o raciocínio médico, sua conclusão diagnóstica e conduta terapêutica; e pertence ao paciente, porque esses dados lhe dizem respeito, e revelam sua intimidade física, emocional, mental, além de outras particularidades. Pertence, portanto, ao paciente ficando sob a guarda do médico/hospital.



10 perguntas sobre Prontuários

Quanto tempo o médico/hospital deve guardar o prontuário?

Conforme dispõe a Resolução CFM 1.821/07, o prontuário deve ser guardado por um tempo de 20 anos, a fluir da data do último registro de atendimento do paciente, e após decorrido esse prazo o prontuário pode ser substituído por métodos de registro capazes de assegurar a restauração plena das informações nele contidas.



10 perguntas sobre Prontuários

O paciente pode solicitar o seu prontuário médico?

É de nosso entendimento que o artigo 88 do Código de Ética Médica garante ao paciente o manuseio e cópia de toda a documentação que integra o prontuário, a menos que isto ponha em risco a saúde do mesmo. Caso isso ocorra, as partes que possam causar-lhe prejuízos devem ser suprimidas ou mesmo todo prontuário, devendo ser-lhe entregue um laudo que contenha, genericamente, informações sobre sua saúde e as providências que estão sendo tomadas.



10 perguntas sobre Prontuários

Os familiares e/ou responsável legal do paciente podem solicitar o prontuário médico?

Caso o pedido seja feito pelos familiares do paciente é necessário que este autorize o acesso pretendido ao prontuário. Na hipótese de que o paciente não tenha condições para isso as informações devem ser dadas sob forma de laudo ou até mesmo cópias. No caso de óbito, o laudo deverá revelar o diagnóstico, o procedimento do médico e a “causa mortis” e o prontuário só pode ser liberado mediante ordem judicial. Quando a solicitação for do responsável legal pelo paciente, sendo este menor ou incapaz, o acesso ao prontuário deve ser-lhe permitido e, se solicitado, fornecer as cópias solicitadas ou elaborar um laudo que contenha o resumo das informações lá contidas.



10 perguntas sobre Prontuários

Podem os Convênios Médicos e/ou Companhias de Seguro solicitar o prontuário para conferência?

Salvo haja autorização expressa do paciente, é vedado ao médico fornecer tais informações, nos termos do artigo 73 do Código de Ética Médica, que reza:

É vedado ao médico:

Artigo 73 - Revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por motivo justo, dever legal ou consentimento, por escrito, do paciente.



10 perguntas sobre Prontuários

Quando há solicitação de Autoridades Policiais e/ou Judiciárias, como proceder?

Com relação ao pedido de cópia do prontuário pelas Autoridades Policiais e/ou Judiciárias, vale tecer alguns esclarecimentos sobre segredo médico. O segredo médico é uma espécie de segredo profissional, ou seja, resulta das confidências que são feitas ao médico pelos seus pacientes, em virtude da prestação de serviço que lhes é destinada.

O segredo médico compreende, então, confidências relatadas ao profissional, bem como as percebidas no decorrer do tratamento e, ainda, aquelas descobertas e que o paciente não tem intenção de informar.



10 perguntas sobre Prontuários

Desta forma, o segredo médico é, penal (artigo 154 do Código Penal) e eticamente, protegido (artigo 73 e seguintes do Código de Ética Médica), na medida em que a intimidade do paciente deve ser preservada.

Assim, há que se ressaltar que o segredo médico também não deve ser revelado para autoridade policial ou judiciária, pois não há disposição legal que respalde ordens desta natureza.

Entretanto, ocorrendo as hipóteses de “justa causa” (circunstâncias que afastam a ilicitude do ato), “dever legal (dever previsto em lei, decreto, etc) ou autorização expressa do paciente por escrito, o profissional estará liberado do segredo médico.



10 perguntas sobre Prontuários

Vejamos o que se entende por “justa causa” e “dever legal”

Justa Causa - fundamenta-se na extensão de estado de necessidade. Haverá Justa Causa quando a revelação for o único meio de conjurar perigo atual ou iminente e injusto para si e para outro.

Dever Legal - deriva não vontade de quem o confia a outrém, mas de condição profissional, em virtude da qual ele é confiado e na natureza dos deveres que, no interesse geral, são impostos aos profissionais.

Logo, com as exceções feitas acima, aquele que revelar as confidências recebidas em razão de seu exercício profissional deverá ser punido.



10 perguntas sobre Prontuários

Como resolver o impasse?

A solução para que as autoridades obtenham informações necessárias é que elas nomeiem um perito médico, a fim de que o mesmo manuseie os documentos e elabore laudo conclusivo sobre o assunto.

Ou então, solicitar ao paciente a autorização para fornecer o laudo médico referente a seu estado.



10 perguntas sobre Prontuários

O médico pode prescrever no prontuário de forma ilegível?

O Código de Ética Médica, através de seus artigos 11 e 21, veda ao médico receitar de forma secreta ou ilegível, ou infringir legislação pertinente (Lei 5.991/73 e Decreto 20.931/32), ensejando sua inobservância a instauração de processo disciplinar.



10 perguntas sobre Prontuários

O que fazer com os prontuários de pacientes de médico falecido?

O arquivo de médico particular falecido sem herdeiro profissional deve ser incinerado por pessoa de convivência diária direta, familiares ou secretária particular (Parecer CFM nº 31/95).



10 perguntas sobre Prontuários

Qual a legalidade de se manter arquivo apenas eletrônico no consultório?

Inexiste exigência no Código de Ética Médica de manter arquivo escrito, e o que importa, efetivamente, é o sigilo das informações e a sua recuperabilidade. Assim sendo, nada obsta que o médico utilize computadores no desempenho de suas atividades (Parecer CFM nº 14/93 e Parecer CFM nº 38/97).

An aerial photograph of a tropical beach. In the foreground, two large palm trees with green fronds stand on the sandy shore. Their long shadows are cast across the sand towards the bottom left. A person in a red outfit is walking on the beach between the two palm trees. The ocean is visible in the background, with white foam from breaking waves washing onto the shore. The word "OBRIGADO" is written in large, bold, green capital letters across the top center of the image.

OBRIGADO

Praia de Tambaba-PB - Naturismo